

AB. P.2 25.09.87

Associações de jornais fazem críticas ao projeto da Carta

ANC

Representantes da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e da Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (Abecom) criticaram ontem, duramente, o capítulo do anteprojeto da Constituição que trata dos direitos individuais e coletivos, por considerar que proíbe jornalistas e empresas jornalísticas de manter no anonimato seus informantes. Para o Diretor Executivo da Aner, Murilo Aragão, o parágrafo quinto, artigo quinto, do primeiro capítulo do anteprojeto, tem sentido ambíguo.

— O trecho diz, literalmente, que "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato e excluída a que incentive a violência ou defenda discriminação de qualquer natureza". Quando se afirma que é vedado o anonimato, pode-se estar tornando obrigatória a assinatura de todas as reportagens ou proibindo a omissão do nome de qualquer fonte — afirmou Aragão.

As críticas ao anteprojeto foram feitas durante o Seminário "Formação de Jornalistas: A Experiência Brasileira e Americana", que teve início ontem e será encerrado amanhã. O encontro é promovido por essas três entidades e mais o Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos EUA (Usis).

O Presidente da ANJ, José Antônio do Nascimento Brito, abriu o encontro afirmando que apesar das posições claras da Associação contra a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão, o objetivo do seminário — o terceiro nos últimos dois anos — é integrar cada vez mais escolas de Comunicação e empresas jornalísticas.

— É preciso que professores e estudantes de Comunicação conheçam e sintam de perto os problemas de uma empresa jornalística. E que os jornais se empenhem em auxiliar as escolas na melhoria do nível de ensino — afirmou Nascimento Brito.

O Diretor Executivo da ANJ, Edgar Lisboa, aproveitando uma observação do ex-Diretor da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Missouri Roy Fisher sobre a participação financeira de empresas americanas nas faculdades de Comunicação, disse que isso também deverá acontecer no Brasil. Segundo Lisboa, as empresas jornalísticas têm interesse, a curto prazo, em fazer investimentos nas escolas e trocar experiências. É possível, inclusive, que sejam intensificados os estágios nas redações

e que jornalistas experientes, custeados pelos jornais, passem a fazer conferências ou atuar como professores visitantes nas faculdades.

Aragão, por sua vez, disse que a Aner está estudando uma série de alternativas, como a produção de vídeos sobre a fabricação de revistas para serem distribuídos nas escolas, uma influência maior nas disciplinas do currículo relacionadas com a produção de revistas; e a criação de um seminário itinerante, que seria apresentado por especialistas nas faculdades de Comunicação de cidades do interior.

A produção de revistas foi o tema principal do primeiro dia do seminário. O jornalista Albert Dines, da Editora Abril, em sua palestra sobre princípios comuns a jornais e revistas, ressaltou a necessidade de maior ênfase no ensino do texto e produção de revistas. Segundo ele, os estudantes chegam às redações de revistas mal sabendo elaborar um texto para jornal.

Para a jornalista Carolina Andrade, responsável pela edição de revistas femininas da Editora Abril, outro problema é o forte preconceito dos formandos a esse tipo de publicação. Ela disse que tem muita dificuldade em contratar profissionais para trabalhar nesses veículos que, atualmente, atingem 2,6 milhões de leitores.

O Vice-Diretor da United States Information Agency (Usia), jornalista Marvin Stone, que tem 40 anos de carreira, fez uma exposição sobre o ensino do jornalismo nos EUA. Segundo afirmou, o ano de 1968, a guerra do Vietnã e o caso Watergate foram fundamentais para a mudança do jornalismo americano, que deixou de ser apenas oficial para ser investigativo e opinativo.

Embora a questão do diploma não seja um dos temas do seminário, Stone, numa retrospectiva da sua carreira, disse que se tivesse que começar outra vez faria um curso de ciências políticas ou humanas e mais dois anos de pós-graduação em Comunicação. Quanto à obrigatoriedade ou não do diploma, ele preferiu não comentar, alegando que, na condição de representante do Governo americano, não deveria opinar.

Já Alberto Dines declarou-se favorável a exigência do diploma, lembrando que a extinção significará a volta ao apadrinhamento na profissão. Para ele, essa discussão não deve ser levada para a Constituição, e sim definida em lei ordinária.